

EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

SAMUEL CARVALHO DE BENEDICTO¹, ANDRÉ LUIZ ZAMBALDE², GIDEON CARVALHO DE BENEDICTO³, CARLOS MACIEL STIEG⁴, GUSTAVO H. NOGUEIRA DE ANDRADE⁵

RESUMO

A Constituição de 1988 promoveu a descentralização que beneficia especialmente os municípios brasileiros, criando melhores condições para o desenvolvimento local. Uma das alternativas para o desenvolvimento dos municípios é a implementação de políticas públicas de incentivos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Ciência e Tecnologia (C&T). Esta pesquisa desenvolveu um estudo de caso na cidade de Santa Rita do Sapucaí/MG, objetivando compreender as ações empreendedoras públicas no processo de inovação tecnológica e no desenvolvimento industrial e agropecuário local. A pesquisa conclui que as políticas públicas de incentivo à P&D e C&T têm contribuído para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do município. Por apresentar grande capacidade empreendedora, a realidade do município estudado, certamente não condiz com a condição da grande maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, a experiência vivenciada é um indicativo de que a Nova Administração Pública, ainda que restritamente, tem contribuído para dar uma nova visão administrativa aos municípios brasileiros. Embora as políticas públicas apresentem um nível de crescimento considerável nas últimas décadas, ainda não se atingiu um nível satisfatório capaz de proporcionar o desenvolvimento tecnológico do país.

Palavras-Chave: Administração pública, políticas públicas, empreendedorismo, inovações tecnológicas, pesquisa e desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Durante diversos séculos, as administrações públicas, sendo movidas por um sistema burocrático não permitiam que os governos, em quaisquer de suas esferas tomar parte em questões ligadas aos interesses empresariais. Sabe-se porém que, a partir da década de 1980, novas formas institucionais começam a ingressar no sistema de controle do governo sobre os serviços públicos. Essa nova roupagem administrativa emerge de um diferente arcabouço institucional (através da Reforma do Estado) e possibilita a construção da denominada “Nova Administração Pública”, demandando a necessidade de um Planejamento Público Estratégico, visando o desenvolvimento local, regional ou mesmo nacional (OSBORNE & GAEBLER, 1994).

Para enfrentar os desafios atuais, muitos empreendedores públicos locais estão em busca de novas competências, tais como: promover o desenvolvimento local apoiando-se na inovação tecnológica. Assim, torna-se necessário a existência de políticas públicas de incentivos à ciência e tecnologia (C&T) e pesquisa e desenvolvimento (P&D) no âmbito local. Muitas empresas, mormente aquelas iniciantes, não teriam as condições técnicas ou mesmo financeiras necessárias para se tornarem produtivas e adquirir solidez neste mercado competitivo. Neste caso, é necessário uma parceria planejada e séria à curto, médio e longo prazo, entre o poder público local e as empresas, visando alcançar a inovação tecnológica. Esta parceria apresenta benefícios mútuos: para as empresas, a consolidação no mercado; para o meio social, um aumento no volume de empregos; para o poder público, um aumento na arrecadação de impostos (DE BENEDICTO et al., 2008).

O propósito deste trabalho é analisar as políticas públicas de um município mineiro orientadas para a concessão de incentivos para as atividades de C&T e P&D, representada pelos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e Agropecuário. De um modo mais específico, pretende-se nesta pesquisa: i) investigar em que nível se dá esses incentivos; ii) de que forma essas

¹ Doutorando em Administração – DAE/UFLA - sdebenedicto@bol.com.br

² Doutor Engenharia Elétrica - COPPE/UFRJ. Professor Adjunto, DCC/UFLA – zamba@ufla.br

³ Doutor Ciências Contábeis – FEA/USP. Professor Adjunto, DAE/UFLA – gideon.benedicto@gmail.com

⁴ Mestre em Ciências Contábeis – FAAP. Professor da FADMINAS – cstieg@bol.com.br

⁵ Mestrando em administração – DAE/UFLA - nogueiradeandrade@yahoo.com.br

políticas de inovação tecnológica são transferidas às empresas e; iii) qual o retomo de tais políticas para o próprio município que as originou.

Sem dúvida, atualmente a sociedade encontra-se num processo de desenvolvimento de novas gestões mais receptivas às mudanças, diferentemente dos moldes tradicionais. E, neste novo cenário, as administrações públicas devem ser menos centralizadoras, mais cooperativas, mais abertas aos interesses da sociedade e mais defensoras da continuidade do processo transformativo social.

De modo específico, o processo de modernização da administração pública no Brasil caminhou mediante avanços e retrocessos. A reforma dos anos 1990 teve como objetivo a reconfiguração das estruturas estatais baseadas na substituição do modelo burocrático de administração pública por um modelo gerencial. Este modelo, dentre outros, buscou importar ferramentas de gestão provenientes do setor privado, bem como a aplicação da lógica de mercado dentro do setor público e a elevação da capacidade da ação estatal. Em harmonia com as experiências internacionais que estavam em curso, inicia-se, assim, um amplo processo de revisão das formas de prestação dos serviços públicos no Brasil (MATIAS-PEREIRA, 2008; PAES DE PAULA, 2005).

Assim, a reforma gerencial no Brasil, inspirada no gerencialismo britânico, foi fortemente influenciada pela Nova Administração Pública (MATIAS-PEREIRA, 2008), passando a incorporar um novo padrão de gestão pública, apoiada nos princípios da flexibilidade, ênfase em resultados, foco no cliente, participação e controle social (PFEIFFER, 2000; VERGARA & CORRÊA, 2004).

Segundo Fischer (2002) e Tenório (2007), mesmo sem avançar em diversos aspectos essenciais, as reformas levadas a cabo no Brasil contribuíram para modificar os modos de atuação dos governos em seus vários níveis. Tais reformas afetam diretamente os municípios. Segundo os autores, a Constituição de 1988 promoveu a descentralização que beneficia especialmente os municípios brasileiros. Essa descentralização traz consigo várias possibilidades: dentre elas, cria melhores condições para o desenvolvimento local. Naquela ocasião, foram transferidas para os municípios várias competências para moldar o seu desenvolvimento e definir o seu destino. Assim, pode-se afirmar que, atualmente, os municípios brasileiros encontram-se num processo de profundas transformações.

De acordo com Tenório (2007) pensar o desenvolvimento local (espaço territorial delimitado em municípios ou cidades) requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica; social; cultural; ambiental e físico-territorial; político-institucional; e científico-tecnológica. Isto implica uma profunda transformação tanto dos processos técnicos de produção, segundo as suas condições e vocações, quanto das relações sociais e políticas do gestor local para com a população.

O autor enfatiza que para haver desenvolvimento local, dentro dos parâmetros de uma cidadania deliberativa, é necessário a redefinição dos parâmetros tradicionais da gestão pública local. É necessário passar de uma gestão centralizada no poder Executivo municipal (prefeito e secretários) e Legislativo (Câmara de Vereadores) para uma gestão descentralizada onde os diferentes grupos que compõem a sociedade local possam interagir com o poder público local em benefício da comunidade. Para o autor, o processo de desenvolvimento local é facilitado quando as decisões são tomadas mediante entendimento e consenso (de modo deliberativo) entre a sociedade civil, o mercado e o poder público local, a partir das necessidades locais identificadas.

Tenório (2007) apresenta uma visão crítica de Claus Offe às gestões locais denominadas “monísticas e inadequadas”, com arranjos institucionais pautadas no protagonismo ora do Estado, ora do mercado, ora da sociedade civil. Para Claus Offe, o desenvolvimento local deve levar em conta as ações conjugadas desses três componentes – poder público, sociedade civil e mercado – pois cada um deles depende do outro. Assim, os processos de desenvolvimento local implicam esforços articulados de atores estatais, da sociedade civil e do capital, dispostos a levar adiante projetos que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito, apostando em uma melhora integral da qualidade de vida da população.

A proposta de desenvolvimento local para o autor é de superação da proposta neoliberal (a não intervenção do estado na economia e na sociedade) em prol da promoção de administrações públicas locais que promovam o diálogo entre a sociedade civil, o capital e o governo local. Assim, para o autor, é necessário que no âmbito local haja uma administração pública co-gestionária.

É exatamente neste sentido que este estudo pretende analisar o município em questão. Sendo que tal município possui uma tradicional vocação para a P&D e C&T, busca-se compreender as

políticas públicas de incentivo a tais práticas bem como as formas com que se dão as relações com a comunidade local. Afinal, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento coletivo assume, no Brasil, uma condição não apenas necessária, mas indispensável.

MATERIAL E MÉTODOS

Devido às características desta investigação (CHIZZOTTI, 2005; GIL, 2007) adota-se a postura metodológica de natureza qualitativa. Como estratégia geral de investigação, adotou-se o estudo de caso (GIL, 2007; YIN, 2006). Os dados foram coletados no Município de Santa Rita do Sapucaí localizado no Sul de Minas Gerais, pertencente ao denominado “Vale da Eletrônica” e considerado “Município Empreendedor” por meio de análise documental, observações não-participantes e entrevistas com autoridades municipais. A estratégia analítica utilizada para a análise dos dados foi a *Explanation Building* ou “construção da explanação” (YIN, 2006) que permite explorar de forma explanatória as práticas vivenciadas pela instituição pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Pólo Industrial de Santa Rita do Sapucaí tem sido considerado como um dos mais importantes do país no que tange ao empreendedorismo eletroeletrônico e telecomunicações. O PIB dos municípios que integram o “APL da Eletrônica”, juntamente com todo o Sul de Minas, tem crescido cerca de 50% a mais em comparação a outras regiões do estado. O município destaca-se pelo pioneirismo na vocação tecnológica, quando desde a década de 1950 surge a primeira escola Técnica de Eletrônica da América Latina. Surge em 1965 o Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL e em 1971 A Faculdade de Administração e Informática. Surgem, a partir daí, no município, as primeiras empresas de base tecnológica. Possui ainda a Escola Técnica de Eletrônica e o Colégio Tecnológico. Tais instituições mantêm os centros especializados em TI (telecomunicações, eletrônica, informática e empreendedorismo). (PMSRS, 2010).

O município possui uma população de 45.000 habitantes e uma oferta de emprego maior que a mão-de-obra disponível. O PIB anual do município, em reais, é cerca de um bilhão e a renda *per capita* é de 23.000,00. No município existe, atualmente, cerca de 150 empresas de Base Tecnológica que oferecem cerca de 8.500 empregos (35% da população economicamente ativa do município). Cerca de 25% da produção destas empresas são para exportação. As indústrias do município estão distribuídas da seguinte forma: 42% pertencem ao segmento eletrônico; 30% atuam no setor de telecomunicações; 18% atuam no segmento da informática. A cidade é sede do Projeto de Consolidação do Pólo Tecnológico, um projeto de cooperação técnica internacional do Brasil com a Alemanha (PMSRS, 2010; SINDIVEL, 2010).

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí (PMSRS) atua em diálogo com as empresas e a sociedade civil em busca de soluções para os seus próprios problemas. Após dialogar com estas instâncias, a PMSRS faz uso de amparo legal (leis e decretos) para a concessão de incentivos para a expansão de indústrias e cria programas de formação de empreendedores. Através de um programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a PMSRS desenvolve uma série de ações de apoio ao empreendedorismo que abarca desde a concepção do projeto até a construção de sua sede própria. Essas ações envolvem:

Ensino de Empreendedorismo em Toda a Educação Básica – Por meio de aulas de informática e empreendedorismo em oficinas especializadas, desde cedo as crianças passam a ter contato com a tecnologia em um sistema de pré-incubação empresarial na escola. Diversos laboratórios estão disponíveis para os alunos dos ensinos Fundamental e Médio com a participação direta dos professores. O Laboratório Móvel de Informática, com acesso à Internet via rádio, beneficia também os alunos da zona rural. Estas ações voltadas à educação, além de serem contempladas pelas políticas públicas, tem o apoio direto das empresas já consolidadas no município e dos institutos de pesquisa de nível superior. Todo o pessoal vinculado à Secretaria de Educação é capacitado periodicamente dentro da filosofia da Pedagogia Empreendedora. Cada aluno da Rede Municipal de Ensino é estimulado a criticar a realidade vivenciada no município. Entretanto, para cada crítica o aluno deve apresentar uma proposta de solução para o problema em questão. Com a implantação do Projeto de Ensino de Empreendedorismo nas escolas municipais, a prefeitura treinou professores e levou a prática empreendedora para dentro das salas de aula.

As políticas públicas do município estudado fazem parte de uma cultura empreendedora que envolvem arranjos institucionais, fazendo uso direto de um triângulo (Poder Público, Escolas de Ensino Básico e Superior e Empresas) cujos vértices são indissociáveis. Do contrário, o município não alcançaria seu reconhecido sucesso no que tange a inovação e o avanço tecnológico. Concernente a isto, afirmou-se: “Nós trabalhamos de forma integrada. Este é um fator importante que dá base ao nosso trabalho e nos permite avançar vencendo os obstáculos.”

Incubadoras de Empresas - O sistema de incubação municipal, em parceria com o SEBRAE, oferece estrutura para viabilizar a abertura, funcionamento e consolidação de novas empresas, especialmente de base tecnológica. Atualmente são: 10 vagas para tecnologia de informação; 10 vagas para eletrônica industrial; 20 vagas para desenvolvimento de softwares; 10 vagas para tecnologias do agronegócio. As empresas que passam pela pré-incubação, saem com o protótipo do seu produto e um plano de negócio já definidos. Os serviços de incubação abriga até dez empresas, por um período de dois anos, renovável, oferecendo-lhes: salas individuais; mobiliário básico; sala de treinamento; área de uso comum - sanitários, copas, recepção, etc.; assessoria e consultoria técnica nas áreas de vendas, marketing, finanças, etc.; apoio na divulgação conjunta e individual; infra-estrutura e equipamentos necessários; consultorias diversas; pesquisa e facilitação do acesso à linhas de crédito; acesso às agências de fomento; treinamento em gestão, mercado, tecnologia, etc.; custeio de despesas diversas; apoio para a participação em feiras e eventos. Além das incubadoras municipais, o Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL e a Faculdade de Administração e Informática - FAI, também mantêm um serviço de incubação de empresas. Somam-se, portanto, cinco incubadoras no município.

O trabalho de pré-incubação desenvolvido pelas incubadoras do município dá aos empreendedores maturidade e visão real do mundo dos negócios, evitando, assim, a constituição de empresas sem conhecer a viabilidade e os obstáculos a serem enfrentados. A partir desse preparo, os empreendedores ao enfrentarem o mercado, podem dedicar mais tempo ao desenvolvimento gerencial e empresarial. A incubação é vista pela Administração Municipal, como uma experiência de transferência de tecnologia de Universidades e Centros de Pesquisa para a sociedade. Isto pode ser constatado mediante a declaração de uma autoridade municipal: “A incubação aqui é vista como um instrumento para que empresas nascentes possam usufruir dos conhecimentos gerados na universidade e cheguem mais rápido e adquiram a sua consolidação junto ao mercado”.

Condomínio Municipal de Empresas - Este condomínio resultou de uma parceria entre a PMSRS e a iniciativa privada e gera aproximadamente 600 empregos diretos. Com cerca de 26.000m² de construção e 30 empresas, nele estão localizados o Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica e a Associação Industrial de Santa Rita do Sapucaí. Ali existe um Show-room de produtos, salas de treinamento, posto médico/odontológico. Este condomínio objetiva atender especificamente às necessidades de empresas graduadas no sistema local de incubação, completando a sua inserção no mercado.

Doação de Terrenos para a Fixação de Planta Empresarial - Após um prévio estudo que considera o histórico, idoneidade, solidez e apresentação da documentação exigida por lei, a empresa poderá receber da PMSRS um terreno para a construção de sua sede própria. A prefeitura tem efetuado a doação de dezenas de terrenos para a construção de pequenas empresas. De um modo específico, no município estudado a doação de terrenos somente ocorre mediante a apresentação de um projeto de fixação de planta empresarial. Tal projeto é encaminhado à Câmara Municipal para ser apreciado e aprovado.

Subsídio de Aluguéis de Empresas – Este foi um incentivo criado para beneficiar empresas por períodos de até três anos, conforme o tamanho, desempenho e área de atividade. Uma das condições para participar deste programa é ter sido graduada pelo sistema de incubação do município. Os subsídios destinados aos aluguéis de empresas é um incentivo especial criado para beneficiar empresas recém criadas, amparando os novos empreendedores no período mais difícil da atividade, ou seja, até três o final do terceiro ano. Para participar deste programa é condição *sine qua non* ter sido graduada pelo sistema de incubação do município. Esta exigência pauta-se na premissa de que as empresas oriundas de um processo de incubação possuem mais chances de sobrevivência neste mercado competitivo. Isto se deve ao fato de que as empresas incubadas têm poucos funcionários, faturamento alto e seus custos fixos são até 65% mais baixos.

Participação Direta na Infra-estrutura Básica das Empresas - Neste caso, a participação da PMSRS envolve: terraplenagem e/ou aterramento de terrenos; transporte de materiais diversos; asfaltamento e meio-fio; execução de redes pluviais, sanitárias e de abastecimento de água; implantação ou expansão das redes elétricas e telefônicas; adaptação de prédios às finalidades da beneficiária.

Percebeu-se que o envolvimento transparente e planejado da Prefeitura Municipal nas atividades de empreendedorismo e apoio à inovação tecnológica tem contribuído de um modo efetivo para colocar o município na vanguarda da P&D e C&T. Os incentivos direcionados às empresas de base tecnológica no município tem contribuído tanto para atrair novos empreendedores quanto para a diminuição da mortalidade de empresas locais. Conforme menciona uma autoridade municipal: “A atração de novos empreendedores e o baixo número de falências são os maiores indicativos de que estamos no caminho certo.”

Entre as autoridades ouvidas na pesquisa, a alta tecnologia é vista como fundamental para o desenvolvimento da agropecuária do município. Entretanto, se por um lado o modelo industrial da cidade é um sucesso, percebeu-se que outras instâncias da economia local não se desenvolveram no mesmo ritmo. Neste sentido uma autoridade municipal declara que: “O dinheiro circula praticamente só nas mãos dos empresários [...] Os jovens reclamam da falta de áreas de lazer e que falta incentivo à cultura.”

Dentre os variados incentivos oferecidos o município não apresenta diretamente a concessão de incentivos fiscais que privilegia grupos específicos. Este procedimento é digno de nota, pois, demonstra uma maturidade administrativa. As políticas públicas para o setor de C&T devem, de alguma forma, considerar as dimensões estruturais das organizações. Para o caso de política de concessão de incentivos fiscais, deve-se estabelecer mecanismos de controle e medição da adequação da estrutura organizacional, considerando um modelo que privilegie as equipes de P&D e os mecanismos de interface entre P&D, produção e distribuição de produtos.

Como aporte final da análise, verificou-se que as mudanças vivenciadas nesse município não ocorreram de uma vez e sim de maneira gradativa ao longo das diversas administrações. Como menciona uma autoridade local: “Este é um trabalho de médio e longo prazo, mas que não é mérito apenas da Administração Municipal [...] É um trabalho conjunto que envolve empresas e pesquisadores.” Vê-se, portanto, que esse não tem sido um trabalho construído de forma isolada, mas através da formação de alianças e parcerias, porém, com perseverança e determinação, tendo em vista que os desafios são gigantescos. A crescente importância de criação de parcerias e alianças no município reflete uma tendência mundial vivenciada hodiernamente.

Durante a pesquisa verificou-se que as maiores dificuldades foram diretamente atribuídas de modo específico à burocracia prevalescente nas diversas esferas da administração pública (nos vários níveis hierárquicos), envolvendo a liberação de recursos e o repasse de impostos e também à morosidade da justiça brasileira em questões que envolvem aspectos legais. Nesse sentido declarou-se que: “Quando as decisões estão em nossas mãos tudo anda mais rápido [...] Quando dependemos da administração pública em outras esferas ou da justiça, as coisas se tomam demoradas”.

O retorno relativo aos programas de incentivo à inovação tecnológica da prefeitura desse município tem justificado a sua continuidade. O principal indicador do sucesso do programa é traduzido pela crescente arrecadação de impostos nos últimos anos. Esse importante fator tem possibilitado ao município investir cada vez mais em programas sociais voltado para as comunidades mais carentes e em novas empresas, as quais no futuro serão também geradoras de mais recursos financeiros para o mesmo. Em suma, as políticas públicas do município e suas estratégias de inovação refletem os objetivos voltados para o desenvolvimento equânime e progressivo daquela localidade.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou avançar na discussão sobre o empreendedorismo nas administrações públicas locais objetivando implantar programas voltados para o incentivo da inovação tecnológica. Levando em consideração a necessidade e o valor da autonomia política do governo local, destacam-se como elementos de suma importância: (i) as oportunidades que o mesmo oferece para a participação social; (ii) a formulação de políticas de desenvolvimento de acordo com as necessidades locais; (iii) a capacidade de atrair investimentos e a fixação de empresas, de acordo com a tendência econômica, já

consolidada no município; (iv) a capacidade de implementar novos elementos culturais nas novas gerações, por meio de uma educação de qualidade; (v) a capacidade de reinvestir os volumes financeiros arrecadados em benefício daqueles que o geraram diretamente.

A experiência do município estudado permite afirmar que muitos gestores locais já têm percebido a falência do estado centralizado e burocrático por isso, buscam romper com a acomodação histórica do nível local, saindo em busca de melhores alternativas. Assim, com base na visão co-gestionária, muitos municípios brasileiros já trabalham em comum acordo com o mercado e a sociedade civil, buscando encontrar soluções para os seus próprios problemas e, promovendo o desenvolvimento local de acordo com as suas vocações. Entretanto, em muitos municípios brasileiros esta realidade ainda se encontra distante, predominando a inexistência de ações públicas e perda da capacidade operativa. A incapacidade de gerar ações e programas para atender às mais essenciais demandas sociais é que tem marcado a administração pública brasileira, tanto em nível político da decisão, quanto em nível operativo. E esta inexistência de políticas inovativas, tem sido apontada como uma das principais causas da ausência do desenvolvimento em nível local ou regional. É neste contexto, que as administrações públicas se mostram incapazes de suprir e atender às demandas sociais de sua população.

Embora as políticas governamentais apresentem um nível de crescimento considerável nas últimas décadas, ainda não se atingiu um nível satisfatório capaz de proporcionar o desenvolvimento tecnológico no país. A realidade do município estudado, certamente não condiz com a condição da grande maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, a experiência vivenciada é um indicativo de que a Nova Administração Pública, ainda que restritamente, tem contribuído para dar uma nova visão administrativa aos gestores locais. Com um mix de investimentos em educação e apoio a pequenas empresas, parceria do poder público com a iniciativa privada, é possível reinventar a vocação de um município tornando-se o empreendedorismo o seu principal negócio.

Sendo que a capacidade competitiva das administrações públicas e das empresas depende diretamente de suas habilidades de manter a continuidade de inovação de produtos, processos e suas tecnologias, cabe à Nova Administração Pública dar uma diferente dinâmica aos seus processos estratégicos e administrativos. Certamente que esse novo modo mais criativo e ousado de administrar criará vantagens competitivas ao município que o adotar e trará maiores aportes de recursos que poderão ser reinvestidos em programas sociais e na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- DE BENEDICTO, S. C.; et al. Empreendedorismo e Inovação Tecnológica nas Administrações Públicas. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28, 2008. **Anais ...**, Rio de Janeiro: ENEGEP, 2008.
- FISCHER, T. **Poderes Locais, Gestão e Desenvolvimento**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MATIAS-PEREIRA, J. Administração Pública Comparada. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 42(1):61-82, Jan./Fev. 2008.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília, MH Comunicação, 1994. 436p.
- PAES DE PAULA, A. P. **Por uma Nova Gestão Pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005. 204p.
- PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil**: uma nova abordagem. Brasília: ENAP, 2000. 37 f. (Texto para discussão, 37).
- PMSRS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAI. **Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Abril de 2010.
- SINDIVEL - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO VALE DA ELETRÔNICA. Abril de 2010.
- TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro/Ijuí: FGV-Unijuí, 2007. 632 p.
- VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. (Orgs.). **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2.^a ed. Porto Alegre, 2006.